



1. Marco de Referência

1.1. MARCO DE REFERÊNCIA/DIAGNÓSTICO

1. Aspectos Gerais do Estado

Localizado na Região Nordeste do Brasil, o estado do Piauí possui uma área de 251.611.934 (IBGE, 2015) quilômetros quadrados, sendo o terceiro maior estado dessa Região, atrás apenas da Bahia e do Maranhão. Sua área corresponde a cerca de 2,96% do território nacional e é composto por 224 municípios.

De acordo com estimativa da população residente, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Piauí registrava em 1 de julho de 2016 um total de 3,212 milhões de habitantes, correspondendo a 5,64% da população do Nordeste e a 1,56% da população brasileira. Apresentava uma densidade demográfica de aproximadamente 12,77 habitantes por quilômetro quadrado e crescimento populacional aproximado de 0,9% ao ano. Teresina, capital do Piauí, ao norte do Estado, é a cidade mais populosa, com 847.430 habitantes e também a de maior densidade demográfica, com 584,04 hab./km². A população piauiense é composta por 49,02% de homens e 50,98% de mulheres, com 67,10% residindo em áreas urbanas, dos quais 47,68% homens e 52,32% mulheres. As pessoas que viviam na zona rural somavam 32,90%.

Relativamente aos indicadores macroeconômicos, TABELA 1 (Fonte: IBGE/Contas Regionais 2014)- anexa à carta consulta, o Piauí vem se destacando quanto ao crescimento do PIB em valores absolutos desde 2004, superando ano a ano o desempenho do Brasil, dos demais estados brasileiros e mesmo dos seus vizinhos do Nordeste. Em 2014, última publicação do IBGE, o PIB do Piauí experimentou um crescimento real de 5,30%. O mais relevante nesse ano, no entanto, foi o crescimento da sua participação no bolo nacional, saindo do histórico patamar de 0,59% para 0,65%, registrando um incremento de 11,25%.

Como se pode observar na TABELA 2 - anexa à carta consulta, o expressivo crescimento do PIB em 2014 deveu-se, principalmente, ao desempenho do agronegócio, da indústria da construção civil, dos serviços de educação e saúde, notadamente públicos, e dos serviços imobiliários.

2. Situação Fiscal do Estado

Quanto ao equilíbrio fiscal do Estado, destaca-se na TABELA 3 - anexa à carta consulta, a trajetória da Dívida Consolidada Líquida (DCL) que experimenta uma queda na participação na Receita Corrente Líquida (RCL) de 60,80% em 2014, para 45,17% em 2016, o que coloca o Piauí em uma posição privilegiada em relação à quase totalidade dos demais entes federativos, quando o limite máximo de endividamento imposto por resolução do Senado Federal é de 200% da RCL ou R\$ 15,157 bilhões. Outra informação relevante diz respeito às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo, cujo comprometimento em 2016 é de 41,60%, quando o limite prudencial é de 46,55% e o limite máximo de 49,00%, ambos consignados na LRF. O estado liquidou a dívida junto a União, relativa a lei nº 9.496, em 2013.

RECEITAS:

A TABELA 4 - anexa à carta consulta, reflete bem a chegada dos efeitos da crise mundial e do Brasil no Estado, representados pelo baixo desempenho das suas mais fortes atividades econômicas, os serviços comerciais. Basta, para tanto, observar o crescimento do ICMS de 16,10% de 2014 a 2016, a principal receita própria do Estado. Aliado a isso, o FPE vem caindo significativamente desde meados de 2009, quando a crise econômica bate as portas do setor industrial brasileiro. De outra parte, a produção de sistema de informação e o aperfeiçoamento da cobrança do IPVA fizeram com que esse imposto tivesse crescimentos expressivos.

DESPESAS:

Quanto aos grandes grupos de natureza da despesa, TABELA 5 - anexa à carta consulta, o destaque fica com as Despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, embora o primeiro grupo tenha apresentado crescimento negativo de -1,06% no período analisado. No entanto, somadas, essas duas despesas representam 97,76% das Despesas Correntes e 84,01% da Despesa Total em 2016.

INVESTIMENTOS:



No que diz respeito aos investimentos, não há uma regularidade de volume de recursos aplicados, uma vez que existe uma forte dependência por recursos externos. Pode-se verificar na TABELA 6 - anexa à carta consulta, o destaque positivo para as subfunções transporte rodoviário e infraestrutura urbana, que juntas representam 58,18% do total aplicado em 2016. Por outro lado, outras áreas de atuação do Estado registraram uma participação muito reduzida nos recursos aplicados, tais como Segurança, 3,61%; Saúde, 2,60%; Saneamento, 1,10%; Ciência e Tecnologia, 0,13%, e Energia, 0,09%.

Relativamente às fontes de recursos, TABELA 7 - anexa à carta consulta, o destaque é das operações de crédito, com 57,15% do total aplicado em 2016, e que se alternam em volume entre financiamentos internos e externos, de acordo com fluxos próprios anuais. A segunda maior participação, embora as dificuldades financeiras do Estado, é de recursos do Tesouro, revelando, assim, o esforço e compromisso do Governo com o desenvolvimento Estado. Outro aspecto relevante se refere ao baixo volume de recursos de transferências de convênios da União, que registrou apenas 8,14% de participação no ano.

Pode-se verificar na TABELA 8 - anexa à carta consulta, que os investimentos públicos no Piauí variam muito de um ano para o outro. Isto se deve à baixa disponibilidade de recursos próprios, que são consumidos basicamente pelas despesas com pessoal e encargos sociais e manutenção da máquina pública, ficando o Estado dependente de recursos externos, seja do governo nacional por meio de transferências voluntárias e operações de crédito internas, seja via captação de financiamentos fora do País, conforme composição por fonte apresentada nesta tabela. Sua participação no PIB do Piauí oscilou de 2,44% em 2014, 1,26% em 2015, voltando a crescer em 2016, com 1,98%. No período, registrou média de 1,89%, enquanto a média brasileira, de 2013 a 2015, foi de 2,58%, o que representa uma relação de 73,38%.

Relativamente às despesas de custeio, vale destacar seu expressivo crescimento nominal de 40,38%, tabela 5, embora sua relação com a RCL e PIB tenha crescido bem menos, variando de 27,05% para 31,7% da RCL e de 4,45% para 5,28% do PIB, no período de 2014 a 2016, conforme tabela 8.

AJUSTE FISCAL:

O Estado do Piauí tem como premissa cuidar das despesas públicas com responsabilidade fiscal e social. Assim, o Governo do Estado, primando pelo equilíbrio fiscal, faz cair as despesas com pessoal do poder executivo de 44,15%, em 2014, para 42,70%, em 2015, e para 41,60% da RCL em 2016 - tabela 3, sem descuidar do controle do custeio dos serviços prestados à sociedade, embora a demanda seja sempre crescente.

Para dar maior segurança jurídica a esta política de austeridade, o Governador do Estado fez editar em 09 de março de 2016 o Decreto de nº 16.474, publicado no Diário Oficial da mesma data, contingenciando uma série de gastos correntes. Imprescindível ressaltar que todos esses esforços foram envidados antes mesmo do agravamento da crise econômica que hoje assola o País e a imensa maioria dos brasileiros e, mais importante ainda, antes mesmo das medidas adotadas recentemente pelo Governo Federal.

Seguindo nesse firme propósito, por iniciativa do Chefe Poder do Executivo, a Assembleia Legislativa do Estado promulgou a Emenda Constitucional nº 47, de 26 de dezembro de 2016, que altera o art. 37 dos Atos das Disposições Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal do Estado e estabelecer regras que limitam a expansão das despesas primárias correntes por dez anos, deduzidos os gastos com inativos e pensionistas. Desse modo, o Governo privilegia os investimentos, garante honrar os contratos vigentes e assegura o controle dos gastos públicos, sem engessar a economia local e aponta para um novo e sustentável ciclo de desenvolvimento.

3. Projeções fiscais

É quase unanimidade considerar que para a aceleração do crescimento do Estado do Piauí, bem como para torna-lo sustentável, necessário se faz um período, no longo prazo, de investimentos contínuos e substanciais em áreas prioritárias, a saber: Educação, Saúde, Infraestrutura de Transportes e Energia, Comunicação e Tecnologia da Informação. Para que isso ocorra, se faz necessário um incremento robusto das receitas tributárias e, por consequência, da RCL, que em boa medida é decorrência do desempenho do PIB. Como se pode observar nos gráficos 1 e 2 da DCL versus RCL, um esforço bem sucedido já vem sendo feito desde 2003. Precisa-se, contudo, avançar mais. Daí a necessidade de um empenho ainda maior neste e nos próximos 3 anos.

Gráfico 1: Evolução da Receita Corrente Líquida e Dívida Consolidada Líquida



Importante destacar o ponto de inflexão das curvas no Gráfico 1 entre 2005 e 2006 - anexo à carta consulta, bem como a trajetória equilibrada entre os dois indicadores fiscais a partir de 2008 verificado no Gráfico 2.

Gráfico 2: Evolução da relação entre a Receita Corrente Líquida e Dívida Consolidada Líquida - anexo à carta consulta.

Em projeção estatística realizada pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais da SEFAZ-PI, a arrecadação do ICMS apresentou crescimento nominal mediano de 6,96%, a receita tributária, 6,97%, a Receita Corrente Líquida-RCL, 5,59%, e o PIB Piauí, 7,66% para um IPCA de 5,00% a.a., no período de 2017 a 2020, o que, ainda assim, revela-se insuficiente para superar os desafios colocados.

Desse modo, o Estado está se propondo alcançar uma meta de crescimento real anual de 5,00% neste quadriênio que se inicia, além de estabelecer um redirecionamento de uma fatia maior de suas receitas líquidas para investimentos nas áreas prioritárias já citadas, mantendo as despesas de custeio a valor presente de 2016, conforme observa-se nas tabelas 8-A e 9 - anexa à carta consulta, em consonância com emenda constitucional aprovada ao final daquele ano.

Considerando a presente projeção de crescimento da Receita Corrente Líquida, bem como a autorização legislativa para que o Estado possa contratar operações de crédito no valor aproximado de R\$ 1 bilhão de reais, em 2017, a relação DCL/RCL passará a 52,94%, caso as contratações se concretizem, o que mais uma vez reafirma a situação confortável do Piauí nesse quesito.

4. Avanços e resultados alcançados com o PROFISCO I.

No período de 2010 a 2016, foram observados grandes avanços na gestão fiscal do Estado do Piauí, provenientes de um amplo processo de desenvolvimento e fortalecimento institucional, financiado em grande medida com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no âmbito do Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - PROFISCO. Alguns dos expressivos resultados alcançados são destacados a seguir:

(i) Incremento da arrecadação própria estadual. Crescimento de 67% da receita própria estadual, principalmente devido à implantação de iniciativas que visavam à (i) melhoria da fiscalização de estabelecimentos e que contemplaram o uso de malhas fiscais e a implantação do Grupo Interinstitucional de Combate ao Crime contra a Ordem Tributária (Grincot); (ii) melhoria da fiscalização de mercadorias em trânsito com a instalação do Centro de Operações Especiais (COE) (iii) implantação da fiscalização itinerante e (iii) recuperação do crédito tributário por meio de negativação junto ao SERASA.

(ii) Otimização dos gastos. A trajetória da dívida em relação à receita líquida real (RLR) caiu de 48,72% em 2010 para 47,50% em 2016; a redução das despesas de pessoal em relação à receita corrente líquida foi 46,98% em 2010 para 44,50% em 2016, enquanto as outras despesas correntes em relação à LRL tiveram uma queda de 39,20% em 2010 para 27,90% em 2016. Essa contenção do gasto público se deu, principalmente, com a implantação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Piauí (SIAFE) e a implantação de Núcleos de Controle Interno;

(iii) Melhoria dos serviços ao contribuinte. Essa melhoria ocorreu com a implantação da Agência Virtual de Atendimento (e-AGEAT) que disponibilizou serviços na Internet e a implantação do SIGFÁCIL que reduziu o tempo médio de abertura de empresas de 60 dias em 2010 para 1 dia em 2016.

(iv) Recuperação do Crédito Tributário inscrito em Dívida Ativa. O incremento da recuperação do crédito tributário foi favorecido, entre outros mecanismos pela implantação do Módulo de Controle da Dívida Ativa integrado ao Sistema de Administração Tributária, SIAT, permitiu a integração com a Procuradoria Geral do Estado - PGE e a inserção dos contribuintes do ICMS e do IPVA inscritos em Dívida Ativa no SERASA.

(v) Melhoria da gestão Estratégica, com a elaboração e implantação do Planejamento estratégico da SEFA, a implantação de modelo de gestão de estudos econômico-fiscais para informação do potencial arrecadatório do Estado e sistemática de planejamento e elaboração orçamentária implantada e integrada ao sistema de execução orçamentária e financeira do Estado.



5. Diagnóstico

Em que pese os avanços alcançados pelo PROFISCO I ainda é preciso avançar no fortalecimento da gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos. Assim, com base em metodologia diagnóstica formulada em cooperação com a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), que permite avaliar a Maturidade e o Desempenho da Gestão Fiscal (MD GEFIS) dos estados, os dirigentes e técnicos do Governo do Estado do Piauí identificaram um conjunto de problemas que poderiam ser objeto de ações de modernização, por área de intervenção, conforme segue:

A. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

A gestão da Secretaria da Fazenda do Piauí apresenta deficiência na avaliação do desempenho institucional e no gerenciamento de riscos, principalmente por não dispor de metodologia para avaliação e gestão de riscos nas áreas tributária e financeira e de padrões de desempenho e metodologia de monitoramento do progresso dos projetos e processos, além de ferramentas para monitorar e avaliar o desempenho individual. O processo de planejamento estratégico, por sua vez, ainda não se consolidou com um instrumento de priorização de projetos e de alocação dos recursos existentes, por ter sido recentemente instituído.

A gestão de pessoas apresenta um desempenho abaixo dos níveis desejados, devido à tramitação manual de processos, a ausência de processos sistemáticos para gerenciar as informações e documentação dos procedimentos e de integração dos sistemas de informações. Além disso, o planejamento de pessoal é deficiente e o processo de alocação de pessoal, inclusive para indicação de servidores para cargos gerenciais, não utiliza critérios claros e sistematizados para atender às necessidades das áreas, nem as competências definidas para o desempenho das atividades. Aliado a isso, existe uma baixa participação dos servidores das unidades descentralizadas em atividades de capacitação promovidas na capital e o conhecimento gerados pelos servidores não institucionalização do Código de Ética.

A gestão de Tecnologia da Informação, em que pese um grande avanço alcançado no PROFISCO I, ainda apresenta baixa capacidade de atendimento face à crescente demanda dos serviços, principalmente pela deficiência no planejamento de TIC que possui lacunas nas suas diretrizes para contratação e do surgimento de novos projetos nacionais. Ainda, um dos seus principais sistemas, o SIAT - Sistema de Administração Tributária (SIAT) apresenta sinais de obsolescência e baixa integração com outros órgãos do Estado, como Tribunal de Justiça, Junta Comercial, Tribunal de Contas do Estado, DETRAN, entre outros.

As compras públicas estaduais não se utilizam de um plano anual de compras nem de um sistema informatizado de compras, o que traz lentidão e alto custo das aquisições. Por outro lado, os procedimentos para elaboração do orçamento anual e a seleção de fornecedores não são padronizados.

A comunicação da gestão fiscal com a sociedade é falha, em especial quanto à qualidade da informação prestada e à ausência de mecanismos que permitam categorizar a demanda e definir melhor os canais de participação. A existência de diversos canais de relacionamento com o público externo e a ausência de procedimentos e fluxos para o recebimento e atendimento de reclamações, sugestões e respectivos documentos podem ocasionar divergências nas informações. Também com o público interno, a comunicação das estratégias organizacionais não é feita de maneira uniforme e sistemática. Ainda, em que pese o bom desempenho do Programa de Educação Fiscal, este ainda apresenta baixa inserção nas escolas públicas e privadas e o impacto de sua atuação não é avaliado.

B. Administração Tributária e Contencioso Fiscal

Quanto às políticas e gasto tributário, a SEFAZ evidencia baixa qualidade dos serviços de orientação ao contribuinte quanto ao cumprimento de obrigação tributária de forma espontânea, principalmente em razão de sua legislação não estar adequadamente consolidada e apresentar conteúdos conflitantes. O controle de concessão de benefícios e incentivos fiscais não é realizado por meio de sistema informatizado de maneira integrada com outros órgãos estaduais nem utiliza metodologia para cálculo da renúncia e análise do custo benefício

A SEFAZ apresenta ineficiência do controle do cumprimento das obrigações tributárias, devido à inconsistência no cruzamento de dados, dificuldade de acesso a dados para identificação de ocorrência do fato gerador do ITCMD e a malha fiscal para monitoramento dos contribuintes de médio porte não resultar em processo de cobrança automático e não disponibilizar para o contribuinte os valores devidos. Além disso, a SEFAZ não utiliza o SPED para cálculo automático do imposto para os contribuintes, como aferição do ICMS apurado pelos contribuintes, substituição tributária e antecipação.



A despeito dos investimentos realizados no controle do trânsito de mercadorias, alguns postos fiscais apresentam precária estrutura e funcionamento por falta de balanças e scanners (capacidade de fiscalização da carga), deficiência de informatização, baixo controle do registro de passagem, mão de obra pouco qualificada. Também as informações geradas em retaguarda pelos sistemas corporativos não podem ser compartilhadas com as unidades móveis por falta de meios de comunicação. Além disso, o planejamento e execução das ações fiscais não utiliza ferramentas automatizadas e integradas que possibilitem a verificação da qualidade dos dados .

A sistemática de cobrança administrativa possui falhas que tornam o processo burocrático e demorado, como o parcelamento do débito que só pode ser feito de maneira presencial e a compensação e a restituição de indébitos que são realizadas manualmente. Por outro lado, a malha fiscal para monitoramento dos contribuintes de médio porte não resulta em processo de cobrança automático e não disponibiliza para o contribuinte os valores devidos e o prazo legal para formalização de questionamentos e ocorrência de forma eletrônica.

O Contencioso Administrativo Judicial atua em uma infraestrutura deficitária (acervo bibliográfico e pessoal de apoio), com capacitação de julgadores insuficiente e dispõe de o sistema de difícil integração que não permite analisar o perfil do devedor nem o planejamento das atividades nem a definição de estratégia para a carteira de devedores. A publicidade dos trâmites e atos do processo administrativo tributário é realizada de maneira deficiente e tem dificuldade de acesso à informação e aos acórdãos devido à não integração da inscrição e cobrança da dívida ativa com o e-processo tributário

Os serviços de atendimento e de relacionamento com o contribuinte ainda possuem deficiências devido à falta de padronização da estrutura física das agências que são de difícil acessibilidade, da baixa capacitação dos funcionários que exercem funções de atendimento ao público e da limitada oferta de serviços virtuais ao cidadão. O atendimento virtual não oferece cobertura integral do processo (da petição até a resolução do problema - transação completa on line) e não disponibiliza serviços em dispositivos móveis. Por fim, a qualidade do atendimento não é avaliada continuamente, bem como a performance dos sistemas, das ferramentas e aplicações do serviço de atendimento.

C.Administração Financeira e Gasto Público

A Ineficiência da gestão orçamentária é caracterizada pelo desalinhamento do planejado pelas unidades gestoras com o orçamento disponibilizado e pela ausência de um planejamento estadual que subsidie o planejamento dos órgãos setoriais. Também; não são utilizados estudos de viabilidade, previsão de receitas e riscos fiscais no planejamento dos investimentos a gestão orçamentária não dispõe de uma carteira de iniciativas de investimento, permanentemente atualizada, individualizando as necessidades e oportunidades.

A definição da Programação e Execução Financeira não é apoiada por estudos econômico-financeiros nem por avaliações de impacto. Não dispõe de um modelo de gestão de tesouraria com módulos integrados de fluxo de caixa, gestão de contas a receber, nem de metodologia que permita a análise das opções de melhores investimentos. Também não utiliza mecanismos e instrumentos que permitam estabelecer prioridades do gasto público e apoiar na gestão dos recursos financeiros.

A informação contábil gerada é insuficiente para subsidiar a tomada de decisões dos gestores públicos e para o controle da sociedade pela desatualização do Inventário do Patrimônio de bens móveis e imóveis do Estado dificultando o correto registro contábil; pela deficiência na realização da conciliação bancária; pelo desconhecimento da legislação e das normas contábeis.

A ausência de uma política e metodologia para apuração dos custos da administração pública estadual e desconhecimento dos custos das unidades diretas e indiretas do estado dificultam tomada de decisão para alocação de recursos públicos e avaliação de resultados dos serviços.

A gestão de ativos e passivos do Estado apresenta desempenho abaixo do satisfatório devido ao desconhecimento do passivo e dos bens das empresas estatais e dos imóveis pertencentes ao estado e pela falta de controle das informações dos passivos contingentes e de avaliação da estimativa do risco de sua ocorrência.

Com referência à gestão da dívida pública, a inexistência de um modelo de gestão e a fragilidade dos processos de controle do gasto público, aliado à inexistência de metodologia e instrumentos para elaboração de cenários ocasionam um baixo controle gerencial dos empréstimos contraídos pelo Estado junto às diversas instituições financeiras públicas ou privadas, mercado financeiro interno ou externo, bem como junto a empresas, organismos nacionais e internacionais.

1.2. MARCO DE REFERÊNCIA/SOLUÇÃO PROPOSTA



Para enfrentamento dos problemas descritos a equipe de projeto, com apoio de uma ferramenta construída pelo PROFISCO para apoiar o desenho de projetos, garantindo sua lógica vertical, denominada Matriz de Problemas, Soluções e Resultados, selecionou as seguintes propostas de soluções, por área de intervenção:

A. Componente 1. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal

Produto 1. Governança Pública da Gestão Fiscal Fortalecida, contemplando: (i) desenvolvimento e implantação de sistemática de gerenciamento eficiente dos riscos corporativos nos processos e projetos das áreas financeira e tributária; (ii) implantação de Escritório de Processos, com inventário dos processos críticos, ferramentas e metodologia de processos, metodologia de monitoramento e operação assistida dos processos prioritários; (iii) consolidação do Escritório de Projetos; (iv) revisão do Plano Estratégico com foco nos resultados (v) operacionalização do Plano de Comunicação Institucional.

Produto 2. Gestão de Pessoas Modernizada, contemplando: (i) redesenho e automação dos processos de Gestão de Pessoas; (ii) consolidação do modelo de gestão por competências; (iii) implantação de sistemática de gestão do conhecimento e (iv) fortalecimento das ações da corregedoria fiscal.

Produto 3. Plataforma do Sistema Integrado de Administração Tributária (SIAT) atualizada, contemplando: (i) desenvolvimento do SIAT em ambiente web; (ii) atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e (iii) atualização da infraestrutura física e tecnológica.

Produto 4. Processo de Aquisições e Gestão de Contratos Melhorado, contemplando: (i) revisão e automação dos procedimentos de Compras e Condições da administração estadual, com Manual de Gestão de Aquisições e Contratos; (ii) elaboração do Plano Anual de Compras da SEFAZ; (iii) Sistema informatizado de Compras para o Estado do Piauí.

Produto 5. Controle Social na Relação Fisco-Contribuinte Ampliado, contemplando: (i) implantação de sistemática e ferramentas de controle social, indicadores da sistemática de Controle social na relação fisco-contribuinte, desenho e modelagem dos processos, integrando SEFAZ, CGE e Ouvidoria Estadual e o desenvolvimento de Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão com banco de dados unificado; (ii) definição de Trilhas de Auditoria Interna para os núcleos do Controle de Gestão do Estado e desenvolvimento de Sistema Integrado de Auditoria Interna; (ii) fortalecimento do Programa de Educação Fiscal.

B. Componente 2. Administração Tributária e Contencioso Fiscal

P 1. Mecanismos de Política Tributária Implantados, contemplando as seguintes atividades: (i) Revisão e atualização da legislação tributária; (ii) aperfeiçoamento da sistemática de concessão de benefícios e incentivos fiscais, com metodologia de cálculo da renúncia e análise do custo benefício e sistema informatizado de controle de benefícios e incentivos fiscais (integrado com a SEDET); e (iii) avaliação da evasão fiscal, com apoio de Módulo de Cobrança com base do SPED e DT-e.

P 2. Cobrança de Imposto Declarado e das Obrigações Acessórias Automatizada contemplando o desenvolvimento de módulos de cobrança e a integração com órgãos que possuem eventos de fatos geradores do ITCMD.

P 3. Fiscalização e Inteligência Fiscal Fortalecida, contemplando: (i) consolidação da metodologia de seleção de contribuintes, com sistema informatizado de seleção de contribuintes com base na receita potencial em desenvolvimento e definição de indicadores de resultado para avaliação da ação fiscal; (ii) automação da auditoria fiscal, com definição dos roteiros de Fiscalização, desenvolvimento do módulo de Ação Fiscal do SIAT integrado ao e-PAF e sistema de Auditoria; (iii) fortalecimento da fiscalização de mercadorias em trânsito, com adequação dos Postos Fiscais, Sistema de Cálculo e Cobrança automatizado nos Postos Fiscais, o controle de Tráfego de veículos por meio de imagem e instalação de balança Dinâmica e Scanners e Sistema de Conferência de Carga por meio de RFID; (iv) modernização da inteligência fiscal, com Modelo de Inteligência Fiscal integrado às ações de Fiscalização,

P 4. Contencioso Administrativo e Fiscal Modernizado, contemplando: (i) implantação de Gestão por resultado do Contencioso Fiscal, com indicadores gerenciais de desempenho e metodologia de monitoramento e avaliação e feedback para o planejamento da fiscalização e tributação; e (ii) implantação do processo judicial eletrônico.



P 5. Modelo de Atendimento Integral ao Contribuinte implantado com revisão das estratégias (descentralização, automação de serviços, dispositivos móveis, etc), melhoria dos processos internos com feedback e desenvolvimento de novo Sistema de Atendimento Integral.

P 6. Modelo de Cobrança Administrativa Implantado, contemplando: (i) definição da metodologia de cobrança administrativa, com metodologia a ser aplicada no gerenciamento e execução de cada processo de cobrança e dos processos de gerenciamento da execução da ação de cobrança, manuais de procedimentos padrão do modelo de cobrança, matriz de desenvolvimento das competências necessárias à operação do novo modelo e mecanismos informatizados; (ii) automação da cobrança administrativa, com Sistema Informatizado de Cobrança e Sistema Informatizado de Parcelamento, Compensação e Restituição e (iv) implantação do modelo de gestão de receitas não tributárias, com elaboração de Cadastro de Mineradores e módulo de Acompanhamento Receitas Não Tributárias.

C.Componente 3. Administração Financeira e Gasto Público

P 1. Planejamento e Execução Orçamentária Fortalecida, contemplando: (i) integração das ações de planejamento e execução orçamentária, com metodologia de Planejamento e Execução Orçamentária para o Estado, ampliação das funcionalidades do SIMO- Sistema Integrado de Monitoramento de Obras; (ii) implantação do modelo de gestão de investimento público, com estudos e avaliação econômica e análise de riscos e metodologia para captação de Recursos.

P 2. Gestão do Tesouro Estadual Modernizada, contemplando a metodologia para monitoramento e avaliação das Políticas fiscal na área financeira e para elaboração da Programação e Execução Financeira, o desenvolvimento dos módulos da Conta Única integrados ao SIAFE e de Programação Orçamentária e Financeira e a integração do Sistema SGOLD ao SIAFE.

P 3. Gestão de Ativos e Passivos Implantada, contemplando: (i) implantação de sistemática de gerenciamento dos passivos contingentes com metodologia para mensuração e registro, avaliação e estimativa do risco de ocorrência do Passivo Contingente, e desenvolvimento de Sistema Integrado de Gerenciamento do Passivo Contingente; (ii) implantação georreferenciado do cadastro de imóveis rurais e urbanos do Estado e (iii) implantação do modelo de gestão de parcerias público-privada (PPP).

P 4. Gestão Contábil Eficiente, contemplando: (i) evidenciação contábil do controle dos bens Patrimoniais com a integração do Sistema Financeiro SIAFE-PI com os Módulos de Patrimônio, Custos e Banco; e (ii) melhoria dos serviços contábeis descentralizados, com a padronização e manualização dos procedimentos e normas contábeis no âmbito do Estado.

P 5. Gestão da Dívida Pública Fortalecida, contemplando a definição de normas e diretrizes estratégicas para gestão da dívida, o redesenho e padronização de seus processos e o desenvolvimento Módulos de Gestão da Dívida Pública, das PPP e dos Precatórios.

P 6. Gestão do Gasto Público no Estado Modernizada, contemplando a implantação do modelo de gestão de custos, com metodologia de gerenciamento de Custos para tratamento e análise dos principais custos estaduais, e; a implantação do modelo de gestão do gasto, com metodologia e instrumentos de gestão do gasto, inclusive com elaboração do Programa Estadual de Gestão do Gasto e apoio do módulo de Programação Orçamentária e Financeira desenvolvido e integrado ao SIAFE.

1.3. MARCO DE REFERÊNCIA/ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

As Orientações Estratégicas de Governo estão explicitadas no Plano Estratégico Estadual e Plano Plurianual de Investimento, cuja estratégia nº 4 - Adotar uma Gestão Eficiente com Transparência e Controle Social para Melhoria da Qualidade de Vida dos Cidadãos, contempla o desafio ?manter o equilíbrio entre receitas e despesas, com foco na responsabilidade fiscal e na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos?, totalmente aderente ao objeto do projeto.

2. Projeto

2.1. Título

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí

2.2. Título Abreviado

PROFISCO II

2.3. Mutuário



Estado do Piauí

2.4. Tipo Operação

Operação de crédito externo

2.5. PROJETO/OBJETIVO

O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade da gestão fiscal iniciada com o PROFISCO I, por meio do aperfeiçoamento da gestão fazendária, da transparência fiscal, da administração tributária, do contencioso fiscal, da administração financeira e do gasto público, visando manter o equilíbrio fiscal do Estado do Piauí, atendendo dessa forma às diretrizes estaduais previstas no Plano Plurianual - 2016/2019.

São objetivos específicos:

Gestão Fazendária e Transparência Fiscal: melhorar o desempenho da governança pública contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.

Administração Tributária e Contencioso Fiscal: melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

Administração Financeira e Gasto Público: melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, a avaliação da qualidade do gasto público, a apuração de custos e a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

2.6. Projeto/Indicadores

Descrição	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Linha de Base	Meta
Alcance de metas	Quantidade metas alcançadas / quantidade de metas pactuadas	%	30,00	70,00
Execução do orçamento de investimentos de TI	Orçamento de investimento de TI executado / orçamento de investimento total da administração fiscal	%	4,00	10,00
Brecha de Lançamento (assessment)	ICMS: (Valor declarado - Valor arrecadado) / Valor declarado	%	36,00	25,00
Recuperação do crédito antes de instalado o contencioso	Valor do crédito recuperado pela auditoria / Valor do crédito lançado pela auditoria	%	5,00	15,00
Custo da administração fiscal (tributária e financeira)	Valor da despesa total da função fiscal (tributário e financeiro) / valor total da arrecadação tributária	%	6,00	4,00

2.7. Projeto/Componentes

Componentes	Valor(US\$)
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	23.101.500,00
P - Governança Pública da Gestão Fiscal fortalecida	1.953.333,33
P - Gestão de Pessoas Modernizada	1.335.166,67
P - Sistemas e Parque Tecnológico Atualizados	18.454.000,00
P - Processo de Aquisições e Contratos Aprimorado	421.666,67
P - Controle Social na relação fisco-contribuinte ampliado	937.333,33
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	17.787.500,00
P - Mecanismos de política tributária melhorados	482.500,00



P - Cobrança de imposto declarado e das obrigações acessórias automatizada	177.500,00
P - Fiscalização e Inteligência Fiscal fortalecidos	12.005.833,33
P - Contencioso Administrativo e Fiscal modernizado	401.666,67
P - Modelo de Atendimento Integral Implantado	4.347.500,00
P - Modelo da cobrança administrativa implantado	372.500,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	6.992.499,99
P - Planejamento e Execução Orçamentária fortalecidos	378.333,33
P - Gestão do Tesouro Estadual modernizada	1.158.333,33
P - Gestão Ativos e Passivos implantada	3.461.666,67
P - Gestão Contábil eficiente	965.000,00
P - Gestão da Dívida Pública fortalecida	570.833,33
P - Gestão do Gasto Público do Estado modernizada	458.333,33
C - GESTÃO DO PROJETO	406.166,67
P - Monitoramento e Avaliação	239.500,00
P - Auditoria	166.666,67
C - IMPREVISTOS	1.712.333,34
P - Imprevistos	1.712.333,34

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).

Resumo dos Componentes:

C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Contempla os produtos:

1. Governança Pública da Gestão Fiscal Fortalecida
2. Gestão de Pessoas Modernizada
3. Plataforma do Sistema Integrado de Administração Tributária (SIAT) atualizada,
4. Processo de Aquisições e Gestão de Contratos Melhorado
5. Controle Social na Relação Fisco-Contribuinte Ampliado

P - Governança Pública da Gestão Fiscal fortalecida

contempla: (i) desenvolvimento e implantação de sistemática de gerenciamento eficiente dos riscos corporativos nos processos e projetos das áreas financeira e tributária; (ii) implantação de Escritório de Processos, com inventário dos processos críticos, ferramentas e metodologia de processos, metodologia de monitoramento e operação assistida dos processos prioritários; (iii) consolidação do Escritório de Projetos; (iv) revisão do Plano Estratégico com foco nos resultados (v) operacionalização do Plano de Comunicação Institucional.

P - Gestão de Pessoas Modernizada

Contempla: (i) redesenho e automação dos processos de Gestão de Pessoas; (ii) consolidação do modelo de gestão por competências; (iii) implantação de sistemática de gestão do conhecimento e (iv) fortalecimento das ações da corregedoria fiscal.

P - Sistemas e Parque Tecnológico Atualizados

contempla: (i) desenvolvimento do SIAT em ambiente web; (ii) atualização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e (iii) atualização da infraestrutura física e tecnológica.

P - Processo de Aquisições e Contratos Aprimorado

contempla: (i) revisão e automação dos procedimentos de Compras e Contratações da administração estadual, com Manual de Gestão de Aquisições e Contratos; (ii) elaboração do Plano Anual de Compras da SEFAZ; (iii) Sistema informatizado de Compras para o Estado do Piauí.

P - Controle Social na relação fisco-contribuinte ampliado

contempla: (i) implantação de sistemática e ferramentas de controle social, indicadores da sistemática de Controle social na relação fisco-contribuinte, desenho e modelagem dos processos, integrando SEFAZ, CGE e Ouvidoria Estadual e o desenvolvimento de Sistema Integrado de Atendimento ao Cidadão com banco de dados unificado; (ii) definição de Trilhas de Auditoria Interna para os núcleos do Controle de Gestão do Estado e desenvolvimento de Sistema Integrado de Auditoria Interna; (ii) fortalecimento do Programa de Educação Fiscal.

C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL

Contempla os seguintes produtos:

1. Mecanismos de Política Tributária melhorados
2. Cobrança de imposto declarado e das obrigações acessórias automatizada
3. Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidos
4. Contenciosos administrativo e fiscal modernizado
5. Modelo de atendimento integral implantado
6. Modelo de cobrança administrativa implantado



P - Mecanismos de política tributária melhorados

contempla as seguintes atividades: (i) Revisão e atualização da legislação tributária; (ii) aperfeiçoamento da sistemática de concessão de benefícios e incentivos fiscais, com metodologia de cálculo da renúncia e análise do custo benefício e sistema informatizado de controle de benefícios e incentivos fiscais (integrado com a SEDET); e (iii) avaliação da evasão fiscal, com apoio de Módulo de Cobrança com base do SPED e DT-e.

P - Cobrança de imposto declarado e das obrigações acessórias automatizada

contempla o desenvolvimento de módulos de cobrança e a integração com órgãos que possuem eventos de fatos geradores do ITCMD.

P - Fiscalização e Inteligência Fiscal fortalecidos

contempla: (i) consolidação da metodologia de seleção de contribuintes, com sistema informatizado de seleção de contribuintes com base na receita potencial em desenvolvimento e definição de indicadores de resultado para avaliação da ação fiscal; (ii) automação da auditoria fiscal, com definição dos roteiros de Fiscalização, desenvolvimento do módulo de Ação Fiscal do SIAT integrado ao e-PAF e sistema de Auditoria; (iii) fortalecimento da fiscalização de mercadorias em trânsito, com adequação dos Postos Fiscais, Sistema de Cálculo e Cobrança automatizado nos Postos Fiscais, o controle de Tráfego de veículos por meio de imagem e instalação de balança Dinâmica e Scanners e Sistema de Conferência de Carga por meio de RFID; (iv) modernização da inteligência fiscal, com Modelo de Inteligência Fiscal integrado às ações de Fiscalização,

P - Contencioso Administrativo e Fiscal modernizado

contempla: (i) implantação de Gestão por resultado do Contencioso Fiscal, com indicadores gerenciais de desempenho e metodologia de monitoramento e avaliação e feedback para o planejamento da fiscalização e tributação; e (ii) implantação do processo judicial eletrônico.

P - Modelo de Atendimento Integral Implantado

Revisão das estratégias (descentralização, automação de serviços, dispositivos móveis, etc), melhoria dos processos internos com feedback e desenvolvimento de novo Sistema de Atendimento Integral.

P - Modelo da cobrança administrativa implantado

Contempla: (i) definição da metodologia de cobrança administrativa, com metodologia a ser aplicada no gerenciamento e execução de cada processo de cobrança e dos processos de gerenciamento da execução da ação de cobrança, manuais de procedimentos padrão do modelo de cobrança, matriz de desenvolvimento das competências necessárias à operação do novo modelo e mecanismos informatizados; (ii) automação da cobrança administrativa, com Sistema Informatizado de Cobrança e Sistema Informatizado de Parcelamento, Compensação e Restituição e (iv) implantação do modelo de gestão de receitas não tributárias, com elaboração de Cadastro de Mineradores e módulo de Acompanhamento Receitas Não Tributárias.

C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Contempla os seguintes componentes:

1. Planejamento e Execução Orçamentária fortalecidos
2. Gestão do Tesouro Estadual Modernizada
3. Gestão Ativos e Passivos implantada
4. Gestão Contábil Eficiente
5. Gestão da Dívida Pública fortalecida
6. Gestão do Gasto Público do Estado modernizada

P - Planejamento e Execução Orçamentária fortalecidos

Contempla: (i) integração das ações de planejamento e execução orçamentária, com metodologia de Planejamento e Execução Orçamentária para o Estado, ampliação das funcionalidades do SIMO- Sistema Integrado de Monitoramento de Obras; (ii) implantação do modelo de gestão de investimento público, com estudos e avaliação econômica e análise de riscos e metodologia para captação de Recursos.

P - Gestão do Tesouro Estadual modernizada

Contempla a metodologia para monitoramento e avaliação das Políticas fiscal na área financeira e para elaboração da Programação e Execução Financeira, o desenvolvimento dos módulos da Conta Única integrados ao SIAFE e de Programação Orçamentária e Financeira e a integração do Sistema SGOLD ao SIAFE

P - Gestão Ativos e Passivos implantada

Contempla: (i) implantação de sistemática de gerenciamento dos passivos contingentes com metodologia para mensuração e registro, avaliação e estimativa do risco de ocorrência do Passivo Contingente, e desenvolvimento de Sistema Integrado de Gerenciamento do Passivo Contingente; (ii) implantação georreferenciado do cadastro de imóveis rurais e urbanos do Estado e (iii) implantação do modelo de gestão de parcerias público-privada (PPP)

P - Gestão Contábil eficiente



Contempla: (i) evidenciação contábil do controle dos bens Patrimoniais com a integração do Sistema Financeiro SIAFE-PI com os Módulos de Patrimônio, Custos e Banco; e (ii) melhoria dos serviços contábeis descentralizados, com a padronização e manualização dos procedimentos e normas contábeis no âmbito do Estado.

P - Gestão da Dívida Pública fortalecida

Contempla a definição de normas e diretrizes estratégicas para gestão da dívida, o redesenho e padronização de seus processos e o desenvolvimento Módulos de Gestão da Dívida Pública, das PPP e dos Precatórios.

P - Gestão do Gasto Público do Estado modernizada

Contempla a implantação do modelo de gestão de custos, com metodologia de gerenciamento de Custos para tratamento e análise dos principais custos estaduais, e; a implantação do modelo de gestão do gasto, com metodologia e instrumentos de gestão do gasto, inclusive com elaboração do Programa Estadual de Gestão do Gasto e apoio do módulo de Programação Orçamentária e Financeira desenvolvido e integrado ao SIAFE.

C - GESTÃO DO PROJETO

Contempla os seguintes:

1. Monitoramento e Avaliação
2. Auditoria

P - Monitoramento e Avaliação

Contempla recursos para gestão do projeto, incluindo o monitoramento e a avaliação.

P - Auditoria

Recursos para contratação de auditoria externa para atender cláusula contratual do financiador.

C - IMPREVISTOS

Valor reservado para ser utilizado caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto.

P - Imprevistos

Valor reservado para ser utilizado caso ocorra algum imprevisto durante a execução do projeto.

2.8. PROJETO/ETAPAS REALIZADAS

Não há etapas em execução.

2.9. Projeto/Abrangência Geográfica

Abrangência Geográfica: /EstadualSem detalhes

Estado do Piauí ()

2.10. PROJETO/PÚBLICO ALVO

As ações aqui previstas deverão repercutir no conjunto da sociedade do Estado Piauí, elevando sua capacidade em prover os serviços públicos por meio do incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis.

2.11. PROJETO/BENEFICIÁRIO

Vislumbra-se que os benefícios serão inúmeros e que estarão ligados ao atendimento eficaz aos clientes externos e internos, tanto o presencial quanto por meio da internet, reduzindo a burocracia e agilizando os processos. Para a população piauiense, os resultados positivos estarão relacionados com melhorias na arrecadação, redução da burocracia, transparência administrativa, contribuindo para uma melhoria na qualidade de vida tanto dos contribuintes quanto da sociedade em geral.

Destacamos, também, que o projeto beneficiará ações que são executadas em conjunto com outros órgãos da administração pública estadual como: (i) Secretaria de Planejamento, relativamente ao planejamento e ao orçamento; (ii) Procuradoria Geral do Estado, no tocante à recuperação dos créditos da dívida ativa; (iii) Controladoria Geral do Estado, no que se refere ao controle interno e transparência; e (iv) Secretaria da Administração e Previdência, relativamente ao Sistema de Patrimônio e ao Processo de Aquisições e Contratos.

2.12. PROJETO/GARANTIA DA UNIÃO

Sim

3. Financiamento

3.1. Financiamento/Fonte

Moeda de Referência: Dólar

Fontes Externas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
-----------------	-------	-------	----------------	----------------	--------------------------



Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	BID	US\$	44.935.000,00	1,00	44.935.000,00
Fontes Internas	Sigla	Moeda	Valor Proposto	Taxa de Câmbio	Valor de Referência US\$
Contrapartida Financeira	CF	US\$	5.065.000,00	1,00	5.065.000,00
Total:			50.000.000,00		50.000.000,00

3.2. FINANCIAMENTO/INDICAÇÃO DE CONTRAGARANTIAS

O Poder Executivo fica autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal, nos termos do § 4º, do artigo 167, bem como outras garantias em direito admitidas.

Opção selecionada: Concordo



4. Execução

4.1. EXECUÇÃO/ARRANJO INSTITUCIONAL

O mutuário da operação será o Governo do Estado do Piauí. O monitoramento e avaliação do processo e dos resultados serão realizados pela unidade de coordenação (UCP) no âmbito da Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí. A participação dos demais órgãos estaduais no projeto será apenas técnica, nos mesmos moldes do PROFISCO I.

As avaliações realizadas dos projetos encerrados demonstram que ações de fortalecimento da capacidade institucional da equipe estadual na preparação, execução, monitoramento e avaliação de projetos desenvolvidas no âmbito do PROFISCO serão de fundamental importância para a melhoria do desempenho na execução do PROFISCO II PI, conforme segue: (i) capacitação continuada nas políticas de aquisições de organismos internacionais e na formulação de termos de referência e elaboração de especificações técnicas, segundo um conjunto de documentos padronizados, dos membros das unidades de coordenação, líderes de projetos, técnicos das áreas de compras, procuradores e técnicos dos órgãos de controle interno e externo, bem como a instituição da Comissão Especial de Licitações ? CEL, exclusiva para aquisições com as políticas do BID; (ii) adequação e credenciamento de sistemas nacionais para prestação de contas, no caso o SIAFE-PI, a exemplo do que ocorreu com o PROFISCO I, aquisições de compras por meio eletrônico, utilizando sistema credenciado pelo BID, e auditoria externa por meio de empresa contratada, já que o TCE-PI não é credenciado; e, (iii) instalação de escritórios de projeto estaduais para gestão de portfólios e monitoramento de metas e indicadores do plano estratégico e dos projetos estaduais.

Ademais, a troca de experiências com outros estados, por meio dos grupos técnicos vinculados ao Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em especial a Comissão de Gestão Fazendária (COGEF), permitiu a realização de visitas técnicas para transferência de tecnologias, o compartilhamento e cessão de soluções e o amadurecimentos operacional das áreas gerencial e técnica dos órgãos fazendários.

A Matriz de Responsabilidade do Projeto anexada descreve as principais competências de cada um dos atores envolvidos na execução do Projeto, por área de intervenção.

4.2. Execução/Executores

Executor: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí	
Representante Oficial:	
Endereço da Sede:	
Telefone:	Fax:
CNPJ:	UF: PI

4.3. Execução/Prazo

Prazo de Desembolso: 5 Anos

4.4. Execução/Cronograma

COMPONENTES	VALOR CUSTO	Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4		Ano 5		TOTAL PLANEJADO
		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		FONTES		
		BID	CF									
C - GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL	23.101.500,00	2.508.299,18	324.000,00	4.355.317,69	435.386,00	4.585.703,69	574.000,00	4.585.703,69	574.000,00	4.538.089,74	621.000,01	23.101.500,00
P - Governança Pública da Gestão Fiscal fortalecida	1.953.333,33	207.037,04	10.000,00	424.074,07	10.000,00	424.074,07	10.000,00	424.074,07	10.000,00	424.074,07	10.000,01	1.953.333,33
P - Gestão de Pessoas Modernizada	1.335.166,67	144.351,85	4.000,00	292.703,70	4.000,00	292.703,70	4.000,00	292.703,70	4.000,00	292.703,72	4.000,00	1.335.166,67
P - Sistemas e Parque Tecnológico Atualizados	18.454.000,00	2.110.058,44	310.000,00	3.310.502,89	421.386,00	3.540.888,89	560.000,00	3.540.888,89	560.000,00	3.493.274,89	607.000,00	18.454.000,00
P - Processo de Aquisições e Contratos Aprimorado	421.666,67	46.851,85		93.703,70		93.703,70		93.703,70		93.703,72		421.666,67
P - Controle Social na relação fisco-contribuinte ampliado	937.333,33			234.333,33		234.333,33		234.333,33		234.333,34		937.333,33
C - ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL	17.787.500,00	1.848.395,00	241.093,32	3.652.557,91	241.093,32	4.484.193,45	627.627,32	2.881.727,16	491.093,32	3.078.625,88	241.093,32	17.787.500,00
P - Mecanismos de política tributária melhorados	482.500,00			107.222,22		107.222,22		107.222,22		160.833,34		482.500,00



P - Cobrança de imposto declarado e das obrigações acessórias automatizada	177.500,00			25.357,14		50.714,29		50.714,00		50.714,57		177.500,00
P - Fiscalização e Inteligência Fiscal fortalecidos	12.005.833,33	889.635,74	241.093,32	1.629.635,96	241.093,32	2.510.365,01	491.093,32	2.510.365,01	491.093,32	2.760.365,01	241.093,32	12.005.833,33
P - Contencioso Administrativo e Fiscal modernizado	401.666,67	89.259,26		89.259,26		89.259,26		89.259,26		44.629,63		401.666,67
P - Modelo de Atendimento Integral Implantado	4.347.500,00	869.500,00		1.739.000,00		1.602.466,00	136.534,00					4.347.500,00
P - Modelo da cobrança administrativa implantado	372.500,00			62.083,33		124.166,67		124.166,67		62.083,33		372.500,00
C - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO	6.992.499,99	552.232,14		1.669.761,90		1.531.759,98	328.279,70	1.526.706,01	333.333,69	1.050.426,57		6.992.499,99
P - Planejamento e Execução Orçamentária fortalecidos	378.333,33	54.047,62		108.095,24		108.095,24		108.095,23				378.333,33
P - Gestão do Tesouro Estadual modernizada	1.158.333,33			289.583,33		289.583,33		289.583,33		289.583,34		1.158.333,33
P - Gestão Ativos e Passivos implantada	3.461.666,67	432.708,33		865.416,66		537.136,96	328.279,70	532.083,00	333.333,69	432.708,33		3.461.666,67
P - Gestão Contábil eficiente	965.000,00			275.714,29		275.714,29		275.714,29		137.857,13		965.000,00
P - Gestão da Dívida Pública fortalecida	570.833,33					190.277,78		190.277,78		190.277,77		570.833,33
P - Gestão do Gasto Público do Estado modernizada	458.333,33	65.476,19		130.952,38		130.952,38		130.952,38				458.333,33
C - GESTÃO DO PROJETO	406.166,67	47.900,00		89.566,66		89.566,66		89.566,66		56.566,69	33.000,00	406.166,67
P - Monitoramento e Avaliação	239.500,00	47.900,00		47.900,00		47.900,00		47.900,00		14.900,00	33.000,00	239.500,00
P - Auditoria	166.666,67			41.666,66		41.666,66		41.666,66		41.666,69		166.666,67
C - IMPREVISTOS	1.712.333,34							1.712.333,34				1.712.333,34
P - Imprevistos	1.712.333,34							1.712.333,34				1.712.333,34

Legenda: Componente (C), Subcomponente (S) e Produto(P).



5. Riscos

5.1. RISCOS/ATOS LEGAIS

5.2. RISCOS/CONTRATAÇÕES

5.3. RISCOS/DESAPROPRIAÇÕES

5.4. RISCOS/IMPACTOS AMBIENTAIS

5.5. RISCOS/POPULAÇÕES INDÍGENAS

5.6. RISCOS/REASSENTAMENTOS

5.7. RISCOS/OUTROS

5.8. Execução/Contatos

CPF: 182.556.633-04
Nome: José Wellington Barroso de Araújo Dias
Orgão: Governo do Estado
Estado: Estado do Piauí
Endereço: Av. Antonino Freire, 1450
CEP: 64001-000
Cargo: Governador do Estado
Telefone: 86-3226-8354
Celular: 86-99987-2400

Município:
E-mail: wellingtondias.assessoria@gmail.com
Fax: 86-3226-8361
Tipo: Titular

CPF: 992.368.423-72
Nome: Rafael Tajra Fonteles
Orgão: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
Estado: Estado do Piauí
Endereço: Av. Pedro Freitas, S/N, bloco C, Centro Administrativo
CEP: 64018-900
Cargo: Secretário
Telefone: 8632169621
Celular: 86999816768

Município: MUNICIPIO DE TERESINA
E-mail: gabinete@sefaz.pi.gov.br
Fax: 8632169628
Tipo: Substituto

CPF: 482.040.483-00
Nome: Catarina Márcia Soares Nonato
Orgão: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
Estado: Estado do Piauí
Endereço: Av. Pedro Freitas, S/N, bloco C, Centro Administrativo
CEP: 64018-900
Cargo: Técnica da Fazenda Estadual
Telefone: 86-3216-9621
Celular: 86-99978-0883

Município:
E-mail: catarina@sefaz.pi.gov.br
Fax: 86-3216-9628
Tipo: Técnico

CPF: 132.647.023-04
Nome: Cristovam Colombo dos Santos Cruz
Orgão: Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
Estado: Estado do Piauí
Endereço: Av. Pedro Freitas, S/N, bloco C, Centro Administrativo
CEP: 64018-900
Cargo: Superintendente de Gestão, Logística e Tecnologia
Telefone: 86-3216-9621
Celular: 86-99592-6462

Município:
E-mail: cristovam@sefaz.pi.gov.br
Fax: 86-3216-9628
Tipo: Outros

